



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA
Gabinete da Presidência

**GABINETE DE ARTICULAÇÃO PARA ENFRENTAMENTO DA
PANDEMIA NA EDUCAÇÃO NO ESTADO DE RONDÔNIA (GAEPE/RO)**

Ata da Reunião GAEPE – 27.11.20

(20ª Reunião)

Aos vinte e sete dias do mês de novembro do corrente ano de 2020, reuniram-se, por videoconferência: o Excelentíssimo senhor Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, Paulo Curi Neto, representando esta Egrégia Corte de Contas; a Excelentíssima Procuradora de Contas do Ministério Público de Contas (MPC/RO) Ivonete Fontinelle; o **Excelentíssimo senhor Desembargador Isaías Fonseca Moraes, representante do Tribunal de Justiça (TJ/RO); o Excelentíssimo senhor Defensor Público Sérgio Muniz Neves, representante da Defensoria Pública do Estado (DPE/RO); o Excelentíssimo senhor Promotor de Justiça e Coordenador do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação e Infância – GAEINF, Marcos Giovane Ártico, a Excelentíssima senhora Promotora de Justiça da Saúde, Emília Oiye; o Excelentíssimo senhor Secretário de Estado da Educação (SEDUC/RO), Suamy Vivecananda Lacerda de Abreu; o senhor Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME/RO), Vilson Sena de Macedo; a senhora coordenadora estadual da Covid-influenza e representante da Agevisa, Flávia Cerrano; o Presidente do Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino de Rondônia – SINEPE/RO, Augusto Pellúcio e; representando o Instituto Articule, a senhora Alessandra Gotti e o senhor Ismar Barbosa da Cruz, a fim de discutirem a pauta que havia sido disponibilizada com antecedência, e que versou sobre as tratativas já em curso nas diferentes instituições relacionados ao tema do ensino remoto.**

1) O que foi discutido

O presidente do TCERO, Conselheiro Paulo Curi Neto abriu a vigésima reunião cumprimentando a todos os presentes partícipes do Gaepe e já se manifestando sobre o registro de ser esta a penúltima reunião do ano de 2020 e desejando a todos uma excelente reunião.

A representante da Articule, senhora Alessandra Gotti, como mediadora da reunião, explica sobre a última reunião que acontecerá em 11/12 desse ano e o início dos trabalhos em 2021 que estará previsto para 22 de janeiro e após expõe os três pontos de pauta que serão tratados nesta reunião, quais sejam, o primeiro é o relato das ações dos conselhos municipais de educação, o qual será apresentado por representante da União nacional dos conselhos municipais de educação - UNCME, conselheiro Gilvan Vasconcelos gomes; o segundo ponto de pauta com a apresentação da Seduc, a respeito dos protocolos voltados ao transporte escolar; sempre dentro da ótica das últimas reuniões no tocante ao aperfeiçoamento do regime de colaboração entre Estado e municípios. O ponto mais conexo desta pauta seria a preocupação da saúde financeira das empresas de transporte escolar sobretudo no interior relatado na última reunião pelo secretário de estado da educação, senhor Suamy Vivecananda Lacerda de Abreu.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

Gabinete da Presidência

Tendo em vista a ausência do conselheiro Gilvan Vasconcelos Gomes que trataria do primeiro ponto de pauta, a Dr^a Alessandra sugere que seja passado para o segundo ponto de pauta que será apresentado pelo senhor Jair do núcleo de transporte escolar, representante da diretora administrativo-financeira da Seduc, senhora Marta sobre dados importantes do transporte escolar.

O senhor Jair apresenta um arquivo com *slides* mostrando no início a legislação que rege à matéria e que em suas palavras embasaria as atividades da Seduc. Apresenta também como estão sendo prestados os serviços no Estado, por municípios, número de alunos estaduais e municipais atendidos, número de escolas e número de rotas com frota própria da Seduc e das prefeituras e terceirizados. Fala que o quantitativo de maior atendimento se dá aos alunos de escolas municipais tanto no transporte escolar terrestre quanto no fluvial, resumindo em um gráfico o percentual de alunos no estado de Rondônia que utilizam os dois meios de transportes terrestre e fluvial, sendo cinquenta e quatro por cento (54%) de alunos municipais e quarenta e quatro por cento (44%) de alunos estaduais e um percentual de dois por cento (2%) de alunos filantrópicos. Apresentou a divisão da frota própria e terceirizada, tendo a existência de quatorze municípios com frota exclusivamente terceirizada, sendo sete pelo estado e sete pelos municípios. Os trinta e oito municípios restantes utilizam frota própria em conjunto com a terceirizada, o que ocasiona setenta e sete por cento (77%) das rotas atendidas por frotas terceirizadas ou locadas; dois por cento (2%) de frota própria da Seduc e vinte e um por cento (21%) de frota própria dos municípios.

Finaliza os gráficos apresentando por porcentagem os alunos para cada programa do transporte escolar envolvidos, originados de convênio, cooperação, programa estadual “ir e vir”, Pnate + Seduc e Administração própria da Seduc. As referidas verbas são oriundas do Fundeb, salário educação, recursos do tesouro e Pnate.

Apresenta as medidas de higienização e prevenção no combate ao novo corona vírus e que as medidas necessárias serão custeadas pela Seduc. Em sua fala e apresentação também demonstra em planilhas os custos que poderão ser utilizados discriminados por programa e por município para atender nas medidas necessárias a higienização. Os estudos apresentados em relação as frotas concluem que setenta e três por cento (73%) estão em condições de volta às aulas, tendo minimamente um quantitativo reduzido impossibilitado de retorno.

Dr^a Alessandra saúda o secretário da Seduc que ingressou na reunião e concede a fala aos presentes sendo passada a secretária municipal de educação e cultura Zenilda Mendes do município de Cerejeiras que se manifesta quanto aos repasses que poderiam ser feitos aos empresários do transporte escolar. A senhora Marta da Seduc pede a palavra para responder a pergunta quanto ao comprometimento ou não do início das aulas em virtude dos recursos financeiros que serão repassados, contextualizando as ações tomadas pelo governo.

As empresas, de acordo com a senhora Marta, não apresentaram planilhas de custos voltado às suas despesas fixas a fim de corroborar e comprovar seus gastos com vistas de repasses que poderiam ser efetuados. Não demonstrando os custos nem por parte das empresas nem por parte do sindicato da categoria. A senhora Marta entende que os recursos pleiteados pelas empresas estariam na forma de socorro fiscal dado pela Seduc o que de



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

Gabinete da Presidência

acordo com a procuradoria geral do Estado bem como pela própria Seduc, seria inviável face a inconstitucionalidade da matéria.

Acredita que de acordo com a pesquisa realizada não haveriam problemas no transporte escolar quando do início do retorno às aulas.

O presidente do TCERO Paulo Curi Neto pede a palavra, o que lhe é permitido manifestar-se e se pronuncia cumprimentado a senhora Marta e a equipe sobre a condução da secretaria no tocante a solicitação dos custos permanentes das empresas.

A Dr^a Alessandra solicita informações da equipe da Seduc a respeito dos pedidos antecipados de repasses solicitados pelas empresas em que se deseja saber se os mesmos foram feitos pelas empresas que estão com impossibilidade de retorno por avarias em seus veículos ou pela totalidade das empresas detentoras do transporte escolar ou se existe outra providência junto aos municípios voltados a estas empresas com dificuldade de retorno.

Faz ainda uma pergunta feita no *chat* da reunião feita pelo senhor Augusto Pellúcio sobre qual percentual de alunos que efetivamente precisam do transporte escolar.

O senhor Jair em resposta a pergunta formulada sobre o percentual de alunos que precisam efetivamente do transporte escolar diz que a Seduc não tem, o que foi informado é sobre o percentual de alunos que utilizam e que tal informação teria que ser construída junto a DGE e em momento breve responderia sobre o resultado.

A senhora Marta informa que as dificuldades apresentadas pelas empresas não seriam em relação as empresas que detêm contrato com a Seduc e sim com algumas que mantêm contrato com os municípios, especialmente daquelas que utilizam o programa ir e vir, estando a procuradoria-geral por meio do procurador Francisco Silveira de Aguiar Neto do Gabinete da Seduc e o procurador Kherson Maciel Gomes Soares da Procuradoria do Contencioso à disposição junto à Seduc na análise das informações a serem apresentadas pelos interessados.

O senhor Jair em complementação a fala da diretora, senhora Marta, informa que as empresas não se manifestaram ainda em relação as medidas de higienização e manutenção em suas frotas, em virtude de ainda não ter sido definida data para o retorno, somente após as informações oficiais da Seduc é que, segundo ele, as empresas apresentariam protocolos e procedimentos para o retorno às aulas presenciais com as devidas estruturas definidas.

O secretário Suamy da Seduc se inscreveu para falar e se manifesta sobre a situação da pandemia em que estavam acontecendo mudanças da cidade para a zona rural e dessa forma crescendo o quantitativo de alunos no campo. Houve uma evasão em Vilhena, Colorado do Oeste e Cerejeiras por questões econômicas, passando a Seduc a receber um quantitativo de estudantes os quais os dados ainda não foram tabulados em virtude dessas alterações e as migrações ocorridas.

Alega ainda sobre a proporção do crescimento no campo da produção de soja o que está ocasionando aumento da população e do público infantil no campo.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

Gabinete da Presidência

Em relação ao transporte escolar fluvial, a senhora Eliriane pergunta se está organizado e se está em pleno funcionamento e se as empresas estão aptas ao reinício.

O secretário Suamy informa que o contrato de transporte escolar fluvial em definitivo está sendo gerido pela Seduc, tendo em vista medidas judiciais, sendo exclusivo da Seduc e nesse momento está em fase final de conclusão, pois vence a cada ano e já está sendo reajustado para o início no próximo ano, inclusive o serviço de transporte fluvial.

Em relação ao calendário escolar de 2021, a Dr^a Alessandra pergunta como estão os preparativos juntos às empresas para a articulação de volta às aulas.

O secretário Suamy informa que já está tudo acertado que em 22 de fevereiro de 2021 as aulas retornarão e quinze dias antes já começaria a sessão de acolhimento e em dezembro já seria iniciado o lançamento de edital para contratação temporária e emergencial de profissionais que atuem e atuarão no próximo ano, inclusive já está em estudos o lançamento de concurso público na Seduc de acordo com as orientações dos órgãos fiscalizadores, no caso o TCERO. Os estudos e o planejamento estão prontos e se acaso estiver ainda em pandemia o início se dará com situações individualizadas mas o calendário sumário já está marcado para a data de 22 de fevereiro de 2021.

As regras do conselho estadual de educação, a Gerência de Controle, Avaliação e Estatística - GCAE e demais envolvidos, já consolidam que na segunda quinzena de dezembro a Seduc já terá informações mais precisas para informar as empresas de transporte escolar do início das aulas com a abertura do calendário e rotas acrescidas ou suprimidas.

O problema da ampliação da carga horária do ensino médio está em estudos também junto a Seduc, com o ensino híbrido e demais informações.

A Dr^a Alessandra pergunta também sobre o calendário escolar se há um alinhamento de discussão junto aos municípios e o secretário Suamy informa que são respeitados as decisões de cada município, de acordo com as dificuldades que alguns enfrentam, adiando ou postergando o calendário de alguns, que são poucos, inclusive está havendo também um alinhamento financeiro.

O conselheiro Agenor solicita permissão para se retirar em virtude de participar de plenária do fórum nacional dos conselhos estaduais de educação no qual o mesmo é representante do conselho nesta plenária, parabeniza a Gaepe e a Seduc e informa que a senhora Antônia, gerente técnica do conselho, ficará como representante nesta reunião.

A Dr^a Alessandra levanta a questão que o Ministério de Educação e Cultura – MEC vem tendente a não aprovar o sistema híbrido de ensino, especialmente as atividades não presenciais, a partir de janeiro de 2021, o que deveria ser tratado pelo conselho nacional de educação a fim de não prejudicar as ações que deverão e serão tomadas nas reuniões do Gaepe.

O próximo ponto de pauta relativo as ações dos conselhos municipais de educação que será apresentado pelo conselheiro Gilvan.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

Gabinete da Presidência

O conselheiro Gilvan toma a palavra e apresenta as atividades da Uncme que é formado por quarenta conselhos no Estado de Rondônia.

Informa que foram levantadas questões junto aos conselhos sendo a primeira questão relativa à existência de normativas para aulas remotas, o que foi positivo e todos participaram ativamente e apresentaram normas das aulas remotas nesse período pandêmico.

A segunda pergunta com trinta e sete (37) respostas de conselhos e dois (2) que não responderam foi se o conselho municipal de educação normatizou a forma de avaliação neste período de pandemia. Oitenta e dois, vírgula oito por cento (82,8%) informaram que avaliaram e fizeram a normativa para a avaliação e os demais dezessete vírgula dois por cento (17,2%) estão ainda trabalhando em cima de portarias das secretarias municipais de educação. Também foi perguntando como se daria o término do ano letivo e oitenta e seis, vírgula dois por cento (86,2%) informaram que seria com aulas remotas e treze vírgula oito por cento (13,8%) ainda não, estão ainda em estudos. Foi perguntado também quais os conselhos que fazem parte da comissão sobre o plano de retorno e oitenta e cinco por cento (85%) responderam que participam e quinze por cento (15%), em torno de quatro (4) conselhos que não fizeram este trabalho e que ainda estão em estudos de como será feito esta comissão de retorno.

A conclusão dos conselhos é de finalizar o ano de 2020 neste ano e para o ano de 2021, independente das formas de aprovação pelos conselhos dos procedimentos tomados juntos aos alunos, quer seja com promoção automática ou outra forma de aprovação pois entendem que em 2021 deva existir um recomeço diferente com outras alternativas de seleção.

Em relação as aulas no ano letivo de 2020, foi feita pesquisa junto aos conselhos municipais e junto aos pais e noventa e seis, vírgula seis por cento (96,6%) dos conselhos informaram que não preferem que as aulas de 2020 retornem de maneira presencial, tendo em vista que na posição dos pais, os filhos não seriam enviados as escolas, há interesse que haja a forma de aprovação por aulas remotas *on line* e atividades impressas nas escolas.

Em relação ao plano de retorno, os conselhos municipais estão atuando em conjunto com as secretarias municipais tendo em vista que a maioria dos municípios, especialmente, os de menor porte, têm um quadro resumido de servidores em virtude do período pandêmico.

Esclarece que nesse período de pandemia, os conselhos municipais tiveram uma participação muito grande e ficou demonstrado para a população a importância deles em cada município na tomada de decisões, orientando aos gestores naquilo que lhe cabe e não apenas nas fiscalizações que a cada conselho compete.

A Dr^a Alessandra franqueando a palavra, iniciou uma pergunta sobre como é que ficaria os estudos de recuperação e a recomposição de notas, caso haja essa necessidade.

O conselheiro Gilvan informa que na maioria dos casos os conselhos entenderam que irão normatizar ainda em dezembro e que os estudos de recuperação possam acontecer no retorno às aulas presenciais, o que poderia ser no ano de 2021.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

Gabinete da Presidência

A secretária Cleuzenir do município de Ariquemes se manifesta que os estudos de recuperação e exame final serão realizados ainda este ano de 2020 com atividades e outros materiais que deem condições às escolas de avaliar cada aluno. Informa que disponibiliza atividades e tarefas até para outros municípios aos alunos que estão matriculados nas escolas em Ariquemes, disponibiliza também veículos e ônibus para o transporte de profissionais da educação e alunos.

O presidente do TCERO Paulo Curi Neto parabeniza o conselheiro Gilvan e informa que uma das atividades prioritárias do TCERO seria o fortalecimento e estruturação dos conselhos municipais de educação, pois indubitavelmente os conselhos são indispensáveis nas atividades.

Informa também que no início de 2021 será realizada pelo corpo técnico do TCERO coleta de informações com questionários e outras atividades relativas as atuações e estruturações dos conselhos municipais.

Sugere uma movimentação ainda para este ano no tocante as aprovações dos alunos nas escolas, podendo seguir o exemplo dado pelo município de Ariquemes, mesmo sabendo das dificuldades e da possibilidade de uma avaliação prognóstica de cada aluno no mudança de séries, a fim de não haver um prejuízo ainda maior para as escolas e para os alunos.

Solicita ainda um parêntesis para informar sobre um encontro que ocorrerá dia 09 de dezembro às 15h com a participação do TCERO/ MPCRO, MPERO, DPE, TJ, Instituto Articule, o qual vem noticiar aqui no Gaepe e convidar o Secretário de Estado da Educação (Seduc/RO), Suamy Vivecananda Lacerda de Abreu para participar também do encontro fazendo uso da palavra provavelmente por dez (10) minutos aos prefeitos eleitos e reeleitos sobre diversos assuntos, entre eles a educação, pandemia, articulação interinstitucional, perspectivas futuras, boas práticas na área da educação, engajamento das instituições com os municípios, dentre outros.

A secretária Zenilda informa do alinhamento dos conselhos municipais, do plano de retorno, das lacunas que haverá e que haja um maior envolvimento e trabalho diferenciado para a avaliação da aprendizagem e as avaliações diagnósticas.

O senhor Vilson Sena, presidente da Undime, também se manifesta, contribuindo dizendo que em conjunto com a Uncme os mesmos vêm fazendo um trabalho em conjunto com os conselhos municipais a fim de fortalecimento da educação dos municípios e dos conselhos. Necessário é o comprometimento do conjunto de protagonistas para fortalecer a educação, trabalhando no entendimento de fortalecer a educação em cada município.

A Dr^a Alessandra passa para o último ponto de pauta sobre a saúde, o planejamento de retorno as aulas com a necessidade de encaminhar um aluno ou professor para uma unidade de saúde.

Encaminha de pronto para a Dr^a Vanessa Ezaki, gerente técnica de vigilância sanitária da Agevisa que apresenta dados sobre a nota técnica n. 53/2020, um protocolo sanitário para



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

Gabinete da Presidência

intensificar as ações de prevenção relacionadas à Covid-19 para comunidade escolar/acadêmica e estabelecimentos de ensino e afins.

Fala sobre alguns procedimentos que podem ser mudados de acordo com situações e posicionamentos alterados ao longo do curso da pandemia. Apresenta regras gerais de funcionamento com a fixação de indicadores visuais com distanciamento de 2m² entre as pessoas; recomenda a aferição de temperaturas de alunos e colaboradores na entrada utilizando termômetros sem contato com o corpo; deverá haver obrigatoriamente na entrada totens e dispensadores de álcool em gel 70% para a higienização das mãos; o uso de máscara é obrigatório para todos os alunos, colaboradores, pais e gestores e utilizada de forma correta, protegendo o nariz e boca e aos docentes utilizar protetor facial ou *face shield*; planejar formas de acompanhamento escolar e realizar ensino à distância para alunos que não desejarem ou puderem retornar.

Em locais de acesso comum deverão ser fornecidos pela instituição os dispensadores de álcool gel, borrifadores, frascos e outros; Os ambientes de sala de aula devem permanecer o máximo de tempo abertos com janelas e portas sem uso de ar-condicionado; Espaçamento entre carteiras nas salas de aulas e redução do número de alunos; lavatórios para as mãos com dispensador de sabonete líquido, suporte com papel toalha e lixeira com tampa acionada por pedal, podendo ser substituídos por álcool em gel, exceto nas sujidades das mãos que devem ser limpas com água e sabonete líquido; desativação de bebedouros com disparo para a boca e incentivo de utilização de copos descartáveis ou garrafinhas individuais; colaboradores do grupo de risco devem permanecer em *home office*; sintomas de gripe ou resfriado deve afastar-se imediatamente de atividades presenciais pelo período mínimo de quatorze (14) dias ou até a completa melhora; fornecimento pela instituição de equipamentos de proteção individual – EPIs adequados; providenciar barreira física de proteção; não compartilhar itens de uso pessoal entre os colegas de trabalho; solicitar aos colaboradores que prendam seus cabelos e não utilizem adornos e que avaliem o uso da barba; realizar a higienização com frequência de duas (2) horas de maçanetas, torneiras, corrimão, mesas, cadeiras e todos os equipamentos e dispositivos de uso comum com álcool em gel.

No transporte escolar, o uso obrigatório de máscara para todos na entrada e durante o trajeto; utilizar janelas abertas para circulação do ar; disponibilizar álcool em gel; limpeza minuciosa, diária dos veículos com utilização de produtos que impeçam a propagação de vírus e lavagem semanal; higienização do ar-condicionado; evitar aglomeração de pessoas; pessoas com temperatura acima de 37,2 graus ou mostrar sintomas gripais deve ter sua entrada impedida e orientado a procurar unidade de saúde; o sistema de ar-condicionado limpos 1 vez por mês; evitar aglomerações nos banheiros, desativar o sacador de mãos e intensificar e aumentar a higienização de itens que possa ter contato humano.

Nos locais de preparo, consumo e distribuição de alimentos, as peculiaridades são a disposição de lavatórios exclusivos para a higiene das mãos na área de manipulação, álcool em gel, uso de máscaras, cabelos presos, utensílios higienizados e protegidos, suspender o uso de copo de vidro ou plástico dando preferência a copos descartáveis ou de uso particular.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

Gabinete da Presidência

Enfim, diversos cuidados na utilização, manuseio, descarte e outros procedimentos evitando o máximo contatos entre pessoas e com alguns itens, encontrando alternativas para cumprimento do distanciamento com ênfase na correta higienização das mãos.

A Agevisa divulga seus resultados por meio de *lives* com orientações sanitárias para retomada das aulas.

A palavra passada para a Dr^a Flávia Serrano, coordenadora estadual da influenza e Covid-19 que continuará a apresentação voltada a nota técnica n. 5/2020/Agevisa/GTVEP.

Apresenta a evolução dos casos de covid-19 e de número de óbitos ocorridos em Rondônia, detalhando atualmente uma diminuição, levando-se em conta nestes gráficos a quantidade de pessoas e não de números apenas. Mostra o maior número de casos de covid-19 na faixa etária entre 30 a 39 anos e os dados de óbito por faixa etária.

Os casos de síndrome gripal em crianças de 1 e 2 anos de idade são em número maior, bem como os casos de cura também nesta faixa etária. Apresenta os casos de síndrome gripal e de óbitos em todos os municípios de Rondônia a fim de fazer um contexto epidemiológico.

Apresenta dados em um contexto de fechamento das escolas que poderia colocar a segurança das crianças em risco, privando-as de rede de apoio com consequências potencialmente irreversíveis.

Apresenta importante dado no estudo garantindo que as crianças têm em sua concepção fatores menores tanto de transmissão como de infecção do vírus, pois apresentam susceptibilidade significativamente menor à infecção pelo Sars-Cov-2 do que os adultos, e representam uma fração mínima dos casos. A menor expressão da ECA2 em crianças, enzima que facilita a infecção pelo vírus, poderia explicar o fenômeno.

A nota técnica n. 5/2020 trata de procedimentos frente à ocorrência de casos de Covid-19 em ambientes escolares da rede pública e privada de ensino e tem como objetivo esclarecer sobre as medidas específicas e necessárias para a proteção dos alunos, professores e funcionários da educação, considerando a transmissibilidade da Covid-19 e sua relação com o ambiente escolar e as áreas de convívio.

A principal medida de identificação de alunos e professores com sinais e sintomas relacionados a Covid-19 é a triagem autodeclarada. A orientação é que todos devem se autoavaliar quanto a presença de sinais e sintomas compatíveis de SG (Síndrome Gripal), caracterizado por pelo menos dois (2) sintomas, dentre eles a febre, calafrios, dor de garganta, dor de cabeça, tosse, coriza e distúrbios olfativos ou gustativos.

A Agevisa desenvolveu uma plataforma *online* para o registro imediato (até 24 horas) de caso suspeito. O objetivo é para detecção real dos casos suspeitos para que a vigilância atue e se dirija *in loco* para as escolas com os casos registrados. As orientações na presença do diagnóstico da Covid-19 hoje são para que em casos suspeitos se dirija a uma unidade de saúde mais próxima e o afastamento se dá por dez (10) dias na maioria dos casos.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

Gabinete da Presidência

O contato detectado o mais rápido auxilia a vigilância na ação de afastamento do indivíduo contaminado. Nos critérios não confirmados mesmo após o contato com um indivíduo suspeito, o isolamento será suspenso somente após a confirmação dos resultados.

Nos casos de indivíduos assintomáticos confirmados laboratorialmente para Covid-19, deve-se manter em isolamento domiciliar, suspendendo-o após dez (10) dias da coleta da amostra, realizando o registro na plataforma.

A definição de contato se conceitua como aquele que qualquer pessoa que esteve em contato próximo a um caso confirmado de Covid-19 durante o seu período de transmissibilidade, ou seja, entre dois (2) dias antes e dez (10) dias após a data do início dos sintomas do caso confirmado.

Os casos de surto, considerados como a ocorrência de dois (2) ou mais casos confirmados de Covid-19 na mesma sala de aula, laboratório ou outro ambiente laboral, bem como o transporte escolar, em um intervalo igual ou menor que quatorze (14) dias.

A Dr^a Alessandra agradece pelas apresentações feitas pelas representantes da Agevisa em relação as duas notas técnicas e disponibiliza a palavra aos presentes para manifestação e perguntas, bem como solicitando que se manifeste a representante da Cosems, senhora Vera Lúcia Quadros, Presidente do Conselho de secretarias municipais de saúde em Rondônia - Cosems/RO.

A Dr^a Emília Oiye, promotora de justiça da saúde, se manifesta sobre a sua permanência da reunião e apresenta o Dr. Ivo que também participa da referida reunião.

O senhor Rubi se apresenta dizendo que está representando o Conselho de secretarias municipais de saúde em Rondônia - Cosems/RO.

Exterioriza a preocupação em interlocução nas secretarias municipais de saúde e de educação, em ausência de apresentação de estratégias de referenciamento para o início das aulas, exemplifica um diálogo que teve com uma profissional atuante no combate a Covid-19 e vendo a possibilidade de criação de regiões, lugares específicos para atendimento em que a mesma se colocava a disposição no auxílio a este trabalho e a dificuldade em final de gestão em que os secretários podem ser substituídos nas mudanças de gestão no próximo exercício.

Sugere a elaboração de orçamento com prazo e meta específica, em virtude da possibilidade de vacinação que poderá ser lançada.

O Dr. Paulo Curi Neto fala sobre o questionamento de aquisições de EPIs e outros materiais em que existe no TCERO uma consulta respondida formulada pela Seduc indicando que os insumos necessários ao funcionamento das escolas podem ser adquiridos com recursos da educação, como por exemplo EPIs para ser dado aos alunos e profissionais da educação. Quanto ao enfrentamento da covid-19, o que é necessário para a educação funcionar, os recursos utilizados poderão ser da educação, agora como política de enfrentamento ao Covid-19 de forma geral somente com os recursos da saúde. A fronteira



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

Gabinete da Presidência

não é claramente delimitada, e um plantão de dúvidas se encontra disponível para dirimir essas questões. A estratégia ideal seria um registro de preço para uma quantidade de doze (12) meses e resguarda o gestor para se ter um estoque de trinta (30), sessenta (60) ou noventa (90) dias no máximo e mesmo que a vacina seja disponibilizada, o material não se torne desnecessário logo em seguida e assim venha ocorrer um desperdício de recursos.

O secretário Rubi solicita a palavra e se manifesta sobre a adoção de registro de preços como uma obrigação dos secretários municipais, orientação esta efetuada pela Cosems; defende também a ideia de território pois cada município sabe da dificuldade de cada escola e a unidade de cada território, pois cada município vem adotando estratégias específicas, e cita como exemplo o município de Presidente Médici que centraliza os casos mais acurados da Covid-19 no hospital da cidade.

As unidades de saúde quando do retorno das aulas não seria difícil tratar com as mesmas tendo em vista o tamanho de cada município, ficando de fácil entendimento a tratativa de territórios por equipes definidas e geograficamente mais identificadas.

A preocupação é muito grande com a complexidade na saúde e os altos custos continuam e a Cosems continua firme na busca de uma saúde para todos e a logística para atender o interior do estado é imensa a fim de transportar os insumos e chegar em tempo oportuno aos municípios que careciam do auxílio.

A Dr^a Flávia pontua sobre o teste rápido para a pesquisa de antígenos e não há mais problemas hoje na distribuição de insumos.

O senhor Rubi corrobora com a posição de que tem a preferência de tratar alguém com gripe suspeitando que é Covid-19 do que apenas os casos de suspeição de Covid-19 e detectado apenas a gripe.

A Dr^a Alessandra fala sobre a posição das secretarias municipais em não ter ainda uma data prevista para o início das aulas e da fala do secretário da Seduc em ter a previsão para o dia 22 de fevereiro de 2021 e quinze dias antes a sessão de acolhimento e para isso sugere que sejam feitas as previsões do plano de retorno tendo como premissas essas datas.

A última reunião deste ano, sugere a Dr^a Flávia, que seja feita dia 18 de dezembro para que possa fazer as análises da utilização de recursos por parte das secretarias municipais de educação e saúde.

O secretário Rubi concorda plenamente e alerta que a Cosems vem se manifestando para que os municípios tenham se preparado para essa logística de enfrentamento à Covid-19 e preparar-se para o retorno às aulas no período estimado pela Seduc.

O Dr. Paulo Curi fala sobre o retorno às aulas presenciais com todas as cautelas e parâmetros necessários para que a administração pública volte as aulas em um retorno gradativo, híbrido e seguro, não faltando para isso toda e qualquer orientação por parte dos órgãos fiscalizadores no trato com os recursos públicos.

Fala sobre a capacitação disponível no canal do TCERO no *youtube* em que se fala e orienta as administrações públicas no que tem que ser feito para se viabilizar essas



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

Gabinete da Presidência

contratações. Orientações voltadas ao uso dos certames licitatórios que deverão e poderão ser utilizados pelos gestores.

Alerta sobre a possibilidade de um problema voltado a possíveis evasões escolares e que deverão ser resolvidos não apenas pela secretaria municipal de educação mas também por outros órgãos da municipalidade em atenção ao aluno neste período.

Finaliza, brilhantemente, com a equação de que o TCERO integrante do Gaepe e os demais envolvidos vem nessas reuniões, muitas vezes, extremamente longas com a intenção de dar luz as situações mais críticas de aquisições, de adoções de práticas seguras, de orientações até jurídicas para que mesmo que não se resolvam todas as equações, mas que se minimizem os problemas que cada gestor vem enfrentando e assim possa tomar as decisões mais corretas e seguras possíveis, sendo um canal para sanar dúvidas e levando até as últimas consequências para dialogar e em conjunto com os ministérios públicos do Estado e de Contas, defensorias e demais órgãos envolvidos, dirimir os problemas que a administração pública enfrenta em nosso Estado.

A Dr^a Emília Oiye sugere um diálogo com os novos gestores ainda no mês de dezembro para se prepararem para o retorno e tendo assim novos resultados. Informa que está à disposição para participar de reuniões com os gestores para o alinhamento das ações para o próximo ano.

O Dr. Paulo Curi reafirma a reunião com os novos gestores eleitos e reeleitos em nove (9) de dezembro numa reunião *online* promovida pelo TCERO.

O auditor de controle externo Bruno Botelho Piana informa sobre a transparência das publicações dos relatórios de atividades e das atas e demais providências que serão disponibilizadas aos membros do Gaepe na última reunião do dia 18 de dezembro.

Por fim, a Dr^a Alessandra disponibiliza a palavra aos presentes, resume os pontos de pauta para a próxima reunião, afirma sobre o cumprimento da pauta e sugere o encerramento da reunião.

2) O que ficou deliberado

Como encaminhamento, restou acordado que as instituições, nos seus respectivos âmbitos de atuação, apresentarem maiores detalhamentos sobre as ações relativas aos seguintes pontos, a saber:

1. Discussão sobre as ações da saúde;
2. Avanço na pauta do planejamento para o ano de 2021;
3. Fortalecimento do regime de colaboração entre Estado e municípios com as ações já pactuadas nas reuniões ocorridas.

Ficou marcada nova reunião para o dia 18.12.20, às 14h (quatorze horas).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA
Gabinete da Presidência

Nada mais havendo a ser tratado, foi então lavrada a presente ata por mim, Bruno Botelho Piana, Auditor de Controle Externo, Matrícula n. 504. O referido é verdade e dou fé.